

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.

CNPJ/MF Nº. 01.612.234/0001-52

NIRE Nº. 33300164316

COMPANHIA FECHADA

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2018**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Em 09 de abril de 2018, às 09h00, na sede da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. ("Companhia"), localizada na Rodovia RJ 124, Km 22, Bairro Latino Melo, Rio Bonito /RJ.
2. **PRESENÇA:** Foram cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº. 6.404, de 15.12.1976 ("LSA"), constatando-se a presença das acionistas representando a totalidade do capital social, conforme se verifica das assinaturas constantes e apostas no "Livro Registro de Presença de Acionistas".
3. **CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÃO PRÉVIAS:** (i) Os avisos de que tratam os artigos 124 e 133 da LSA foram dispensados pelo comparecimento da totalidade das acionistas, conforme permitido pelo parágrafo 4º do artigo 124 e parágrafo 4º do artigo 133 da LSA; e (ii) o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, foram publicados em 26 de fevereiro de 2018 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, páginas 6, 7, 8 e 9, e 25 e 26 de fevereiro no Jornal "O Fluminense", páginas 5, 6 e 7.
4. **MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. José Braz Cioffi e o Sr. João Daniel Marques da Silva, como secretário.
5. **LEITURA DOS DOCUMENTOS:** Dispensada a leitura dos documentos referidos no artigo 133 da LSA, bem como do Relatório dos Auditores Independentes, por serem do conhecimento geral.
6. **ORDEM DO DIA:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017; (ii) deliberar sobre a revisão e aprovação de orçamento de capital da Companhia referente ao exercício de 2018; (iii) deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (iv) reeleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; (v) fixar a verba global para a remuneração dos administradores, nos termos do artigo 152 da LSA; e (vi) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal.
7. **DELIBERAÇÕES:** As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, aprovaram:

VI./AGO 2018/RVI.

Página 1 de 4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A

NIRE: 333.0016431-6 Protocolo: 00-2018/108748-0 Data do protocolo: 23/05/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/05/2018 SOB O NÚMERO 00003201915 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 22499963DDADC7817D8B3416ED056BC181BB5F569A60BC46F2E64D71DF3D63C6

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 3/18



CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.

CNPJ/MF N°. 01.612.234/0001-52

NIRE N°. 33300164316

COMPANHIA FECHADA

(i) A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA;

(ii) O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, publicados conforme o item "Convocações e Publicações Prévias" acima, já devidamente auditados pela KPMG Auditores Independentes, conforme Relatório datado de 23 de fevereiro de 2018;

(iii) O orçamento de capital para o exercício de 2018, no valor de R\$11.003.000,00 (onze milhões e três mil reais);

(iv) Considerando as demonstrações financeiras aprovadas no item (ii) supra, que ao "Resultado do Exercício" encerrado em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$31.177.131,09 (trinta e um milhões, cento e setenta e sete mil, cento e trinta e um reais e nove centavos), seja acrescido o saldo da Reserva de Retenção de Lucros resultando do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$8.941.278,52 (oito milhões, novecentos e quarenta e um mil, duzentos e setenta e oito reais e cinquenta e dois centavos), totalizando-se o valor de R\$40.118.409,61 (quarenta milhões, cento e dezoito mil, quatrocentos e nove reais e sessenta e um centavos), o qual terá a seguinte destinação: (a) considerando que o saldo da Reserva Legal já constituída na Companhia, no valor de R\$2.509.728,51 (dois milhões, quinhentos e nove mil, setecentos e vinte e oito reais e cinquenta e um centavos) perfaz 20% (vinte por cento) de seu capital social, faz-se desnecessária nova constituição, conforme permitido pelo artigo 193, "caput", da LSA; (b) constituição de "Reserva Estatutária" no montante de R\$155.885,66 (cento e cinquenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), conforme disposto no artigo 194 da LSA e artigo 20 do Estatuto Social da Companhia; (c) distribuição de dividendos nos termos do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia, no montante total de R\$26.437.866,73, sendo: (c.1) R\$ 5.183.751,81 (cinco milhões, cento e oitenta e três mil, setecentos e cinquenta e um reais e oitenta e um centavos), correspondentes a R\$ 0,147399676 por ação, à conta de parte do saldo da Reserva de Retenção de Lucros de 2016, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de abril de 2017, já pagos em 27 de abril de 2017; e (c.2) R\$21.254.114,92 (vinte e um milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e quatorze reais e noventa e dois centavos), correspondentes a R\$0,6043595006 por ação, sendo R\$20.012.695,96 (vinte milhões, doze mil, seiscentos e noventa e cinco reais e noventa e seis centavos), à conta da totalidade dos lucros apurados entre 1º de janeiro de 2017 e 30 de setembro de 2017 e R\$ 1.241.418,96 (um milhão, duzentos e quarenta e um mil, quatrocentos e dezoito reais e noventa e seis centavos), à conta de parte

VI./AGO 2018/RV1.

Página 2 de 4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A

NIRE: 333.0016431-6 Protocolo: 00-2018/108748-0 Data do protocolo: 23/05/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/05/2018 SOB O NÚMERO 00003201915 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 22499963DDADC7817D8B3416ED056BC181BB5F569A60BC46F2E64D71DF3D63C6

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 4/18



CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.

CNPJ/MF N°. 01.612.234/0001-52

NIRE N°. 33300164316

COMPANHIA FECHADA

do saldo da Reserva de Retenção de Lucros de 2016, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de outubro de 2017, já pagos em 27 de outubro de 2017, ambos *ad referendum* dessa AGO de 2018; (c.3) destaque de dividendos adicionais no valor de R\$3.400.000,00 (três milhões, quatrocentos mil reais) à conta de parte dos lucros apurados no exercício de 2017, nos termos do artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, com base na composição acionária desta data. Os dividendos propostos serão pagos até 31 de dezembro de 2018, conforme vier a ser deliberado oportunamente; (d) distribuição de Juros sobre o Capital Próprio no valor bruto de R\$1.443.649,02 (um milhão, quatrocentos e quarenta e três mil, seiscentos e quarenta e nove reais e dois centavos), correspondentes a R\$0,0410500744 por ação. Os juros sobre o capital próprio supramencionados foram computados ao dividendo mínimo obrigatório de 2017, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2017, *ad referendum* desta Assembleia. Os juros sobre capital próprio serão pagos até 31 de dezembro de 2018, conforme vier a ser oportunamente deliberado; e (e) constituição de "Reserva de Retenção de Lucros" no montante de R\$7.608.549,48 (sete milhões, seiscentos e oito mil, quinhentos e quarenta e nove reais e quarenta e oito centavos) nos termos do artigo 196 da LSA, perfazendo o montante de R\$8.681.008,20 (oito milhões, seiscentos e oitenta e um mil, oito reais e vinte centavos);

(v) A reeleição dos seguintes membros do Conselho de Administração, os Srs: **(1) JOSÉ BRAZ CIOFFI**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG n°. 50.807.330-3 – SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n°. 497.932.926-87; **(2) GUILHERME MOTTA GOMES**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG n°. 08740792-0 IFF-RJ e inscrito no CPF/MF sob o n°. 012.980.057-01; e **(3) JOÃO DANIEL MARQUES DA SILVA**, brasileiro, convivente em união estável, economista, portador da Cédula de Identidade RG n°. 092220672 IFF-RJ e inscrito no CPF/MF sob o n°. 035.387.987-88, todos com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, n°. 222, Bloco B, 4º Andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, com mandato de 1 (um) ano, que se encerrará na data da realização da próxima Assembleia Geral Ordinária de 2019, devendo permanecerem em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos, permanecendo vagos os demais cargos de membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia. Os membros do Conselho de Administração ora reeleitos declaram ter conhecimento do artigo 147 da LSA, e alterações posteriores, e conseqüentemente, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis, conforme Termo de Posse, Declaração de Desimpedimento e de Renúncia à Remuneração arquivado na sede da Companhia.

(vi) A verba global e anual para a remuneração dos membros da Administração da Companhia no valor de até R\$3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais), incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios que sejam atribuídos aos

VL/AGO 2018/RV1.

Página 3 de 4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A

NIRE: 333.0016431-6 Protocolo: 00-2018/108748-0 Data do protocolo: 23/05/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/05/2018 SOB O NÚMERO 00003201915 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 22499963DDADC7817D8B3416ED056BC181BB5F569A60BC46F2E64D71DF3D63C6

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo. Pag. 5/18



CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.

CNPJ/MF Nº. 01.612.234/0001-52

NIRE Nº. 33300164316

COMPANHIA FECHADA

administradores em razão da cessação do exercício do cargo de administrador, sendo certo que o montante aqui proposto inclui os valores referentes aos encargos sociais de FGTS que forem devidos, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA. Para o exercício social de 2018, a verba global e anual ora aprovada será destinada exclusivamente à Diretoria da Companhia, vez que os membros do Conselho de Administração renunciam, nesta data, à remuneração anual;

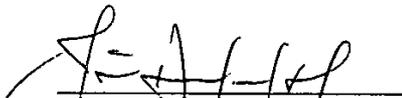
(vii) A dispensa de instalação do Conselho Fiscal da Companhia, conforme facultado pelo artigo 161 da LSA e pelo artigo 19 do Estatuto Social.

8. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, é assinada por todos os presentes. Rio Bonito /RJ, 09 de abril de 2018. **Assinaturas:** José Braz Cioffi, Presidente da Mesa e João Daniel Marques da Silva, Secretário. **Acionistas:** (1) CCR S.A., pelo Sr. Paulo Yukio Fukuzaki; e (2) CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços, pelo Sr. Wagner Gudson Marques.

Certifico que a presente é cópia fiel do original, lavrado no livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais nº. 01, às fls. 162 a 165.



José Braz Cioffi
Presidente da Mesa



João Daniel Marques da Silva
Secretário



Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

CNPJ nº 01.612.234/0001-52

continuação

Operação	Risco	Vencimentos até	Efeito em R\$ no resultado				22. Demonstração dos fluxos de caixa: a) A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos. b) Reconciliação das atividades de financiamento									
			Exposição em R\$ ⁽¹⁾	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%										
Passivos financeiros																
Debêntures - 3ª Emissão	Aumento do CDI	Abril de 2018	66.160	(1.440)	(1.790)	(2.136)	Dividendos Capital									
Debêntures - 2ª Emissão	Aumento do IPC-A	Julho de 2020	175.177	(18.405)	(19.792)	(21.179)	Debêntures a pagar									
Aplicação financeira (Merkantil)	Diminuição do CDI ⁽¹⁾		39.530	2.705	3.381	4.057	Saldos Iniciais									
Total do efeito de ganho ou perda				(17.140)	(19.201)	(19.258)	(235.731)									
As taxas de juros consideradas foram ⁽⁵⁾ :							(12.550)									
	CDI ⁽²⁾			6,69%	8,61%	10,34%	(248.281)									
	IPC-A ⁽³⁾			2,95%	3,69%	4,43%										
			<p>(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo. Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 29/12/2017, divulgada pela B3/CETIP; (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE. (4) Saldo Líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira; e (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de</p>				<p>21. Compromissos vinculados a contratos de concessão: A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reajustes firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:</p>									
			<table border="1"> <tr> <td>Compromisso de investimento</td> <td>2017</td> <td>2016</td> </tr> <tr> <td></td> <td>47.561</td> <td>53.250</td> </tr> </table>				Compromisso de investimento	2017	2016		47.561	53.250	<p>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</p>			
Compromisso de investimento	2017	2016														
	47.561	53.250														
			<p>Pagamentos de principal e juros</p>													
			<p>Dividendos pagos</p>													
			<p>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</p>													
			<p>Outras variações</p>													
			<p>Despesas com juros, variação monetária e cambial</p>													
			<p>Constituição de dividendos a pagar</p>													
			<p>Total das outras variações</p>													
			<p>Saldo Final</p>													

Composição do Conselho de Administração	Composição da Diretoria
<p>José Braz Cluffi - Presidente do Conselho</p> <p>Guilherme Motta Gomes - Conselheiro</p> <p>João Daniel Marques da Silva - Conselheiro</p>	<p>Márcio Roberto de Moraes Silva - Diretor Presidente; Francisco Pierini - Diretor Operacional</p> <p>Contador - Hélio Aurélio da Silva - CRC 1SP129452/O-3/SRJ</p>

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. Rio Bonito - RJ. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Contingências passivas: Conforme notas explicativas nº 15 a Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Algumas leis e regulamentos no Brasil possuem grau de complexidade elevado e, portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativos aos processos, requer julgamento profissional da Companhia. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às contingências passivas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Avaliamos a suficiência das provisões para contingências reconhecidas e dos valores das contingências divulgadas, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados na metodologia

divulgados relativos às principais contingências que a Companhia está envolvida. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração das provisões e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto. Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras comparativas da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (Companhia) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 3 de março de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, e não se que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

dessa: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do



Concessionária da Rodovia dos Lagos S/A

CNPJ/MF nº 01.612.234/0001-52

continuação

apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está impaired, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas-chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfegousoários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade do PIB de cada região, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. **Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **Provisão de manutenção - contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentivas ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. **H) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **I) Benefícios a empregados:** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **m) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes

requerido pelo ICP/C 01/IFRIC 12, já reconhecidas hoje de forma desagregada. Contudo espera-se que as notas explicativas às Demonstrações Financeiras venham a ser ampliadas. A Companhia planeja adotar a IFRS 15/CPIC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPIC 47, referentes ao período comparativo apresentado. IFRS 9/CPIC 48 - Instrumentos Financeiros: O CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. • Classificação - Ativos Financeiros: O CPC 48/IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos. • Redução no valor recuperável (impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais: A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de ativos contratuais. De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: - Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e - Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo. Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo sobre seus ativos financeiros. • Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras: A Companhia considera que o seu caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras têm baixo risco de crédito com base nas avaliações de crédito externas das contrapartes e, portanto, não espera reconhecimentos materiais de impairment na adoção do CPC 48/IFRS 9 neste quesito. • Classificação - Passivos Financeiros: O CPC 48/IFRS 9 contém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48/IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma: - O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentados em OIA; e - O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado. A avaliação preliminar da Companhia não indicou impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018. IFRS 16 Locações (Arrendamentos): A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP/C 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. É oitiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, data em que ocorrerá sua adoção por parte da Companhia. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo

5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. a) Risco de crédito: Decorre da possibilidade de a Companhia e suas investidas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. b) Risco de taxas de juros e inflação: Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da London Interbank Offered Rate (Libor); (2) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais; (3) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6 e 20. As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação. c) Risco de taxas de câmbio: Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez: Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Entre 4 e 5 anos	Acima de 5 anos
Debêntures (a)	-	-	-	169.652	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	4.251	-	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar - partes relacionadas	2.881	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	1.227	-	-	-	-	-
(a) Valores brutos dos custos de transação.						
6. Caixa e equivalentes de caixa						2017 2016
Caixa e bancos						2.335 1.869
Aplicações financeiras						26.499
						2.335 26.368
Aplicações financeiras						39.530
Fundos de investimentos						39.530
As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 99,32% do CDI, equivalente a 9,63% ao ano (99,42% do CDI), equivalente a 13,78% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2016).						



aos advogados externos e realizamos o cruzamento entre os resultados de levantamentos e as respostas das cartas de circunferência. Efetuamos a comparação entre a nossa avaliação de probabilidade de êxito das principais teses fiscais e a da Companhia. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras fornecem informações sobre a natureza, exposição, valores provisionados ou

influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além

benefícios da comunicação para o interesse público.
São Paulo, 23 de fevereiro de 2018
KPMG Auditores Independentes
CRC ZSP0144280-6
Wagner Bottino
Contador CRC 1SP1963070-7

Id: 2088128

AEROPART PARTICIPAÇÕES AEROPORTUÁRIAS S.A.

CNPJ/MF nº 12.779.675/0001-60

Balço patrimonial em 31/12/2017			Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2017		
	2017	2016		2017	2016
Ativo			Passivo		
Circulante	1.770.534	716.670	Circulante	10.312	62.610
Caixa e equivalentes de caixa	1.650.392	544.768	Fornecedores	341	-
Impostos a recuperar	120.142	171.902	Obrigações tributárias	9.170	62.610
Não Circulante	9.348.072	13.648.435	Obrigações trabalhistas	891	-
Depósitos Judiciais	125.485	-	Não Circulante	-	40.000
Investimentos	9.222.587	13.648.435	Contas a pagar de participações societárias	-	40.000
Total do Ativo	11.118.606	14.365.105	Patrimônio Líquido	11.108.294	14.262.495
Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2017			Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2017		
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2017	2016	Capital	Reserva de	Adiantamento para Futuro
Lucro Líquido	(3.154.201)	737.589	Subscrito	Capital	Aumento de Capital
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.674.877	(1.508.507)			Legal
	(479.324)	(770.918)			Reservas de
Variações nos ativos e passivos					Investimentos
Tributos a recuperar	51.760	(164.483)	Saldo em 31 de dezembro de 2015	10.591.074	845.117
Depósitos Judiciais	125.485	-	Resultado líquido do exercício	-	-
Fornecedores	341	-	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.477.507
Obrigações Fiscais e Sociais	(52.639)	57.028	Saldos em 31 de dezembro de 2016	10.591.074	845.117
Contas a pagar de participações societárias	(40.000)	40.000	Resultado líquido do exercício	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(394.376)	(838.373)	Destinação do resultado do exercício	845.117	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			Integralização de Capital	1.477.507	-
Investimentos	-	(4.401.974)	Saldos em 31 de dezembro de 2017	12.068.582	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-	(4.401.974)			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.477.507			
Participações societárias	1.500.000	-			
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	1.500.000	1.477.507			
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	1.105.624	(3.762.840)			
Caixa e equivalentes de caixa no início do Exercício	544.768	4.307.608			
Caixa e equivalentes de caixa no Final do Exercício	1.650.392	544.768			

caixa. A liquidação de transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Aeropart Participações Aeroportuárias S.A. reverá estas estimativas e premissas pelo menos anualmente. c. Ativos Circulantes e Não Circulantes. - Caixa e Equivalentes de Caixa. Compreendem o saldo em caixa, de depósitos bancários e de aplicações financeiras que estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. - Demais Ativos Circulantes. São apresentados pelo valor líquido de realização. - Investimentos Permanentes. Os investimentos em contratos e cotizadas com participação no capital superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. d. Passivos Circulantes e Não Circulantes. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. e. Provisões. Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Cia possui uma obrigação legal ou contratada como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões, quando aplicável, são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. f. Imposto de Renda e Contribuição Social. A Cia optou por apurar o imposto de renda com base no lucro real. g. Lucro por ação. É calculado com base no número total de ações, na data do balanço patrimonial.

Grant Thornton Outsourcing - Serviços Contábeis Ltda Christian Ramos Pitanga - CRC RJ 0798970-0

Id: 2087951

GO4 PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ/MF nº 09.303.353/0001-35 - NIRE 33.3.0029741-3
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2018: 1. Data, Hora e Local: Aos 19 dias do mês de fevereiro de 2018, às 11:00 horas, na sede da GO4 Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia"), na Av. Rio Branco, nº 108, Sala 2501 - parte, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20040-001. 2. Presença e Convocação: Dispensada a convocação em virtude da presença de acionista representando a to-

talidade do capital social da Companhia, conforme estabelece o parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("LSA"). 3. Mesa: Presidente: Sr. Augusto Cesar Calazans Lopes; Secretária: Sra. Ana Luísa Leão Flaksman. 4. Ordem do Dia: Deliberar a respeito da Segunda Emissão Privada de Debêntures Simples da Companhia, em série única, no valor total de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), bem como sobre as principais características desta emissão de debêntures e a destinação dos recursos obtidos. 5. Deliberações Tomadas pela Unanimidade dos Presentes: 5.1 Autorizar a lava-

tura da presente ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das S.A. 5.2. Aprovar, nos termos do artigo 59, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), a Segunda Emissão Privada de Debêntures Simples da Companhia, em série única, no valor total correspondente a R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), com as seguintes principais características: a) Número da Emissão: Segunda Emissão; b) Série: Série única; c) Valor Total da Emissão: R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), na Data de Emissão; d) Quantidade de Debêntures: 22.000 (vinte e duas mil) Debêntures; e) Colocação:



apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactariam a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são contados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se à utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração. **n) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. **o) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles reveridos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **p) Novas Normas e Interpretações ainda não efetivos:** A Companhia é obrigada a adotar o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada destas normas. Até o momento não se identificou impactos materiais que possam afetar as reservas ou lucros acumulados, mas possivelmente ocorrerão impactos em termos de novas divulgações e formas de apresentação, que estão em fase de maior detalhamento. O impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018, baseia-se em avaliações realizadas até a data de emissão destas demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018, podem ser diferentes, pois as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial. Uma avaliação mais detalhada do impacto esperado decorrente destas normas está resumida abaixo. **IFRS 15/CPC 47 - Receitas de contratos com clientes:** A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30/IAS 18 - Receitas, CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção e o CPC 30/IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Com base em sua avaliação, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30/IAS 18 e CPC 17/IAS 11), em relação ao reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme

amendamentos em financeiros ou operacionais. O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será considerado no reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos ou instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros da Companhia, que na data destas Demonstrações Financeiras são imateriais e, portanto, não divulgados em nota explicativa. Consequentemente, não se espera que a adoção da IFRS 16 afete nossa capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos, financiamentos e debêntures. Entretanto, o impacto dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de encerramento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento. A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem utilização das informações comparativas. A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. Outras alterações: As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. - Ceto de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28 - ICPC 21/IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiamento. Com relação à IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019. **3. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 23 de fevereiro de 2018, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: - Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado. - Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota** **2a** Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC01 (R1) **7** Provisão para créditos de liquidação duvidosa **8a** Impostos diferidos **11** Depreciação do ativo imobilizado **12** Amortização dos ativos intangíveis **15** Provisão para riscos **16** Provisão de manutenção **20** Instrumentos financeiros **4.** Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. - Investimentos em títulos financeiros: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. - Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BS e Bloomberg). - Derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de swaps de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos de taxas de juros. Operações de swap de juros: Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BS e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

	2017	2016
Receitas de arrendamentos (PLA) (e)	4.342	4.183
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(93)	(99)
	<u>4.249</u>	<u>4.084</u>
Idade de vencimento dos títulos	2017	2016
Créditos a vencer	4.217	4.005
Créditos vencidos até 60 dias	32	78
Créditos vencidos de 61 a 90 dias		1
Créditos vencidos de 91 a 360 dias	93	99
	<u>4.342</u>	<u>4.183</u>
(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e (c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) - E constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.		
8. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:	2017	2016
	(Reclassificado) (*)	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	46.683	27.105
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (15.872)		(9.216)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivo relativo ao imposto de renda	541	308
Outros ajustes tributários	18	22
Outros ajustes RTT	(6)	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(551)	(148)
Despesas indedutíveis	(127)	(88)
Juros sobre capital próprio	491	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(15.506)	(9.122)
Impostos correntes	(11.854)	(6.690)
Impostos diferidos	(3.652)	(2.432)
Alíquota efetiva de impostos	33,22%	33,65%
b. Impostos diferidos:	2017	2016
	(Reclassificado) (*)	
Bases ativas		4.021
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas		
Provisão para participação nos resultados (PLR)	312	173
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	32	34
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	1.640	1.507
Constituição da provisão de manutenção	3.557	2.573
Provisão para fornecedores		12
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	6.636	25.222
	<u>12.177</u>	<u>34.542</u>
Bases passivas		(15.298)
Ganhos de operações com derivativos		(17.388)
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(13.973)	(32.686)
	<u>(13.973)</u>	<u>(32.686)</u>
Passivo diferido líquido	(1.796)	1.856
(*) Reclassificação da abertura entre linhas para melhor apresentação.		
(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.		
9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão	2017	2016
Circulante	430	430
Não circulante	7.780	8.210
	<u>8.210</u>	<u>8.640</u>
A Companhia efetuou pagamentos antecipados no início da concessão ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão, tais antecipações foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado durante o período de concessão. 10. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2017 e 2016, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.		



Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

CNPJ/MF nº 01.612.234/0001-52

continuação

	2017				Saldo	
	Transações	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Controladora						
CCR (a)	2.593			203		
Outras partes relacionadas						
CPC (b)	2.731		2	250		
Samm (c)		55	133			
Bancas (d)					2	
Total circulante, 31 de dezembro de 2017	5.324	55	135	455		
Total, 31 de dezembro de 2017	5.324	55	135	455		
Total, 31 de dezembro de 2016	4.702	228		386		

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 132 e R\$ 22, respectivamente (R\$ 373 e R\$ 149, respectivamente em 2016). A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciárias, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2017	2016
Cíveis e administrativos	1.102	307
Trabalhistas e previdenciárias	71	25
Total	1.173	332

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro 2017 é de R\$ 949 (R\$ 918 em 31 de dezembro de 2016)

	2016	2017
16. Provisão de manutenção		

	2017		2016	
	2017	2016	2016	2015
Remuneração (e):				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.297	1.271		
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado				
Provisão de PPR no ano e pagar no ano seguinte	689			
Complemento de PPR pago no ano anterior pago no ano	1.517	591		
Previdência privada	82	92		
Seguro de vida		2		
Total	3.585	1.956		

Na AGO realizada em 10 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 2.100, na qual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

Saldo a pagar aos profissionais chave da administração

	2017	2016
Remuneração dos administradores (e)	820	129

(a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de informática e manutenção executados pela CPC - Divisão EngenTec, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (c) Contrato de locação de fibra óptica pagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação; (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; e (e) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração.

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2016		2017	
	Saldo Inicial	Saldo Final	Adições	Transferências (a)
Móveis e utensílios	689	29		718
Máquinas e equipamentos	3.410	137		3.547
Veículos	3.156	(52)		3.393
Equipamentos operacionais	8.588			8.902
Imobilizações em andamento	6.265	3.057	(117)	(1.087)
Total	22.108	3.057	(224)	(318)

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 510 em 2017 (R\$ 513 em 2016). A taxa média de capitalização em 2017 foi de 6,98% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 8,47% a.a. em 2016.

Movimentação da depreciação

	2016		2017	
	Saldo Inicial	Saldo Final	Adições	Transferências (a)
Móveis e utensílios	10	(438)	(51)	(489)
Máquinas e equipamentos	11	(2.765)	(179)	(2.944)
Veículos	25	(1.962)	(517)	(2.471)
Equipamentos operacionais	14	(6.237)	(476)	(6.713)
Total	(11.402)	(11.223)	8	(12.617)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

12. Ativos Intangíveis: Movimentação do custo

	2016		2017	
	Saldo Inicial	Saldo Final	Adições	Transferências (a)
Direitos de exploração da infraestrutura	294.354	2.291	(1)	296.644
Direitos de uso de sistemas informatizados	1.319	7		1.645
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	290			290
Total	295.963	2.298	318	298.579

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 272 em 2017 (R\$ 309 em 2016). A taxa média de capitalização em 2017 foi de 6,98% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 8,47% a.a. em 2016.

Movimentação da amortização

	2016		2017	
	Saldo Inicial	Saldo Final	Adições	Transferências (a)
Móveis e utensílios	10	(438)	(51)	(489)
Máquinas e equipamentos	11	(2.765)	(179)	(2.944)
Veículos	25	(1.962)	(517)	(2.471)
Equipamentos operacionais	14	(6.237)	(476)	(6.713)
Total	(11.402)	(11.223)	8	(12.617)

16. Provisão de manutenção

	2016		2017	
	Saldo Inicial	Saldo Final	Adições	Transferências (a)
16. Provisão de manutenção				

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro 2017 é de R\$ 949 (R\$ 918 em 31 de dezembro de 2016)

17. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 12.550, representado por 35.168.000 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 17.584.000 ordinárias e 17.584.000 preferenciais. b. Reserva Legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c. Reserva estatutária: É constituída à razão de 0,5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social o qual já foi atingido. d. Reserva de retenção de lucros: Em 31 de dezembro de 2017, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CAD), o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2018. A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão. e. Dividendos: Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 26 de abril de 2017, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, ad referendum da próxima AGO, a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 5.184, correspondente a R\$ 0,15 por ação, sendo à conta parte da Reserva de Retenção de Lucros. Também ocorreu o pagamento de dividendos à conta de Dividendo Adicional Proposto do exercício de 2016 no montante de R\$ 2.525, correspondente a R\$ 0,07 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 27 de abril de 2017. Em 26 de outubro de 2017, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, ad referendum da próxima AGO, a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 21.254, correspondente a R\$ 0,60 por ação ordinária, sendo R\$ 1.241 à conta parte da Reserva de Retenção de Lucros e R\$ 20.013 à conta parte dos lucros apurados no período compreendido entre 1º janeiro de 2017 e 30 de setembro de 2017, com pagamento realizado em 27 de outubro de 2017. A Administração propõe a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referente ao exercício de 2016, no montante de R\$ 2.194, a ser submetida à aprovação na próxima AGO.

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	31.177	31.177
(-) Constituição de reserva estatutária	(1.556)	(1.556)
Lucro líquido ajustado	31.021	31.021
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	7.755	7.755
Dividendos intermediários pagos	20.013	20.013
Juros sobre capital próprio: Em 21 de dezembro de 2017, foi aprovado através da Assembleia Geral Extraordinária o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 1.444 à conta de parte dos lucros apurados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2017 e 30 de setembro de 2017, com pagamento até 31 de dezembro de 2018. g. Lucro básico e diluído: A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.		
Numerador	31.177	17.983
Lucro líquido do exercício	31.177	17.983
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	17.584	17.584
Média ponderada de ações preferenciais (em milhares)	17.584	17.584
Lucro por ação - básico e diluído	0,88652	0,51135

18. Receitas

	2017	2016
Receitas de pedágio	120.374	109.339
Receitas de construção	2.012	18.442
Receitas acessórias	986	866
Receita bruta	123.372	128.647
Impostos sobre receitas	(10.523)	(9.530)
Abatimentos	(11.506)	(11.510)
Deduções das receitas brutas	(12.029)	(11.058)





Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

CNPJ nº 01.612.234/0001-52

Relatório da administração

1.1 Aos acionistas: Senhores Acionistas, Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades do exercício de 2017, acompanhadas das Demonstrações Financeiras da Concessionária da Rodovia dos Lagos SA - CCR ViaLagos, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. 1.2 Apresentação: A Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A., constituída em 10 de dezembro de 1996, tem como objetivo principal realizar sob o regime de concessão de serviço público prestação de obras públicas, a exploração da ligação viária Rio Bonito-Aranama-São Pedro D'Aldeia (RJ-124). A concessão prevê a prestação de serviços aos usuários e obras de recuperação, ampliação, manutenção, conservação e operação da RJ-124 mediante cobrança de pedágio e pagamentos de direitos ao Poder Concedente (Governo do Estado do Rio de Janeiro) pela outorga da concessão. 1.3 Destaques do Ano de 2017: A Concessionária realizou investimentos de cerca de R\$ 200 milhões nas referidas obras. Entre as principais melhorias, destacam-se: a implantação da divisória metálica entre as pistas, alargamento das pistas nos dois sentidos; estruturação e pavimentação dos acostamentos, novos sistemas de drenagem e sinalização; implantação de passarelas; construção de retornos e travessias de pedestres. Com essa importante obra na melhoria da infraestrutura da rodovia, houve redução expressiva nos números de acidentes e vítimas na Rodovia dos Lagos (RJ-124). Os investimentos realizados pela CCR ViaLagos ainda contribuíram para que a rodovia fosse muito bem avaliada na 20ª edição da Pesquisa CNT de Rodovias 2016, divulgada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT). Pelo terceiro ano consecutivo a RJ-124 foi novamente a única, dentre todas as rodovias que cortam o Estado do Rio de Janeiro, com o status "ótimo" em todos os quesitos avaliados: Estado Geral, Pavimento, Sinalização e Geometria. No ano de 2017 a CCR ViaLagos se destacou pela maior distribuição de dividendos, gerado pelo maior resultado líquido apurado no ano. Acréscimo explicado pela maior receita operacional proveniente do aumento do tráfego na rodovia, melhor gestão dos custos e despesas operacionais, além do melhor resultado financeiro proveniente da redução das curvas do CDI e IPCA ao longo do ano.

2. Estratégia e Gestão: 2.1 Gestão de Pessoas: A política de gestão de pessoas da CCR ViaLagos está pautada na valorização do capital humano e criação da capacidade criativa, realizadora e transformadora das pessoas, propiciando por meio do clima

organizacional, qualificações e oportunidade, o caminho para o desenvolvimento profissional e pessoal dos seus colaboradores. A quantidade de colaboradores próprios em 2017 foi em média 173. Neste ano a concessionária investiu em programa de capacitação técnica e desenvolvimento do seu grupo de colaboradores.

3. Desempenho Econômico e Financeiro: 3.1 Desempenho: As tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A são definidas pela AGETRANSF. Em agosto de 2017, tivemos os reajustes das tarifas. A Tarifa Básica de Pedágio (TBP) foi reajustada de R\$ 11,00 para R\$ 11,30 e Tarifa Básica com Adicional (TBA) foi reajustada de R\$ 18,30 para R\$ 18,80. No ano de 2017 a receita operacional bruta da Companhia atingiu o valor de R\$ 121,3 milhões com as atividades de transporte rodoviário e receitas acessórias, acréscimo de 10,12% sobre o obtido em 2016. Este ganho é explicado pelo aumento de 5,5%, no tráfego da rodovia, quando comparado com 2016, influenciado pelos baixos índices de chuvas e pelas altas temperaturas, gerando acréscimo no fluxo de turistas para a região. Neste mesmo ano tivemos um resultado líquido no valor de R\$ 31,1 milhões, superior em 73% quando comparamos com o ano de 2016. O acréscimo no lucro líquido é explicado principalmente pelo aumento das receitas operacionais, diminuição da depreciação e amortização (devido à extensão do prazo de concessão) e melhor resultado financeiro (redução das taxas do CDI e IPCA), o que gerou menores juros dos financiamentos. No ano de 2017, foram realizados aproximadamente R\$ 7,5 milhões em investimentos, destacando-se o investimento na modernização da praça de pedágio e a obra de melhoria da segurança viária que contemplou a implantação dos dispositivos de separação de pistas, readequação das sinalizações, alargamento das pistas, pavimentação dos acostamentos, novos sistemas de drenagem, implantação de passarelas e construção de retornos e travessias de pedestres. Foi realizado no ano de 2017 o pagamento de dividendos no valor de R\$ 28.963 mil: R\$ 7.709 mil relativos ao resultado remanescente do ano de 2016, R\$ 20.113 mil referente ao lucro líquido apurado até terceiro trimestre de 2017 e R\$ 1.241 mil referente a parte do saldo da reserva de retenção de lucros.

4. Sustentabilidade: 4.1 Desempenho Social: 4.1.1 Capital Social e de Relacionamento - Stakeholders: No âmbito de atuação da responsabilidade corporativa, um dos maiores investimentos socioeducativos da Companhia é o

Programa Caminhos para a Cidadania, que contribui no desenvolvimento de cidadãos mais conscientes com o trânsito e o meio ambiente. Em 2017, na região de abrangência da CCR ViaLagos, o Programa atendeu a 19 mil alunos e 500 professores dos municípios de Rio Bonito, Saquarema, Araruama, Iguaçu Grande, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio, com aulas de educação para o trânsito, cidadania e meio ambiente. Além disso, em 2017, a CCR ViaLagos levou projetos culturais itinerantes para a Região dos Lagos: Buzum!, Cine em Cena, Teatro a Bordo e Photo Truck. 4.2 Desempenho Ambiental: 4.2.1 Capital Manufaturado: No ano de 2017 tivemos uma redução de 5,2% no índice de mortalidade na rodovia, quando comparado com 2016. A obra de implantação dos dispositivos de separação de pistas contribuiu diretamente para a redução deste índice. Quando comparado com o período anterior a implantação dos dispositivos de separação das pistas (2010 a 2012), a redução no índice de mortalidade chega a 83%.

5. Considerações Finais: 5.1 Agradecimentos: A Administração da CCR ViaLagos agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, em especial a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transporte Aquaviário, Ferroviário e Metroviário e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANSF), aos usuários, financiadores e instituições financeiras, colaboradores e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento que contribuíram para os resultados alcançados pela Concessionária em 2017. 5.2 Auditores Independentes: Informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. Rio Bonito, 23 de fevereiro de 2018. A Administração.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Ativo			
Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	6	2.335	28.368
Aplicações financeiras	6	39.530	-
Contas a receber	7	4.249	4.084
Contas a receber - partes relacionadas	10	135	-
Impostos a recuperar	187	2.944	-
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	430	430
Adiantamentos a fornecedores	-	-	34
Despesas antecipadas e outras	436	543	-
Total do ativo circulante		47.302	36.403
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos diferidos	8b	-	1.856
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	7.780	8.210
Depósitos judiciais e outros	449	560	-
	8.229	10.626	-
Imobilizado	11	12.006	10.706
Intangível	12	229.781	232.032
Total do ativo não circulante		250.016	253.388
Total do ativo		297.318	289.791
Passivo			
Circulante			
Debêntures	13	71.179	6.960
Fornecedores	14	4.096	6.153
Fornecedores - partes relacionadas	10	455	386
Imposto de renda e contribuição social		1.173	845
Impostos e contribuições a recolher		1.404	1.547
Obrigações sociais e trabalhistas		3.183	2.308
Obrigações com o poder concedente		55	51
Provisão de manutenção	18	3.556	3.766

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Legal	Estatutária	Retenção de lucros		
Saldo em 1º de janeiro de 2016		12.550	2.509	1.008	3.757	-	19.824
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	17.983	17.983
Destinações:						(1)	-
Reserva Legal	17b	-	1	-	-	-	(1)
Distribuição de dividendos intermediários em 17 de novembro de 2016	17e	-	-	-	-	(10.184)	(10.184)
Reserva estatutária	17c	-	-	90	-	(90)	-
Dividendo adicional proposto	17e	-	-	-	-	2.525	(2.525)
Reserva de retenção de lucros	17d	-	-	-	5.183	-	(5.183)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		12.550	2.510	1.098	8.940	2.525	27.623
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	31.177	31.177
Destinações:						(156)	-
Reserva estatutária	17c	-	-	156	-	-	(156)
Distribuição de dividendos intermediários em 27 de abril de 2017	17e	-	-	-	(5.184)	-	(5.184)
Distribuição de dividendos intermediários em 27 de outubro de 2017	17e	-	-	-	(1.241)	-	(20.013)
Dividendo adicional pago em 27 de abril de 2017	17e	-	-	-	-	(2.525)	(2.525)
Juros sobre capital próprio	17f	-	-	-	(1.444)	-	(1.444)
Dividendo adicional proposto	17e	-	-	-	-	3.400	(3.400)
Reserva de retenção de lucros	17d	-	-	-	7.608	-	(7.608)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		12.550	2.510	1.254	8.679	3.400	28.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais	31.177	17.983
Lucro do exercício		
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.652	2.432
Apropriação de despesas antecipadas	430	430
Depreciação e amortização	6.090	9.226

na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. - Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido



Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(6)	(62.844)	(4.716)	(67.560)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(809)	(146)	(955)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(278)	(5)	(283)
		(63.931)	(4.867)	(68.798)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; (b) Amortização pela curva de benefício econômico.

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2017	Vencimento final 2017	2016
(1) 2ª Emissão - Série única	IPCA + 7,34% a.a.	7,6594% (a)	1.870	1.067	Julho de 2020	174.110 + 168.995 (c)
(2) 3ª Emissão - Série única	118% do CDI	0,5407% (b)	697	117	Abril de 2018	66.043 + 66.736 (c)
Total geral			2.567	1.184		240.153 + 235.731 (c)
						2017 + 2016
Circulante						71.685 + 7.671
Debêntures						(506) + (711)
Custos de transação						71.179 + 6.960
Não Circulante						169.652 + 229.855
Debêntures						(678) + (1.194)
Custos de transação						168.974 + 228.771

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
 (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Garantias: (c) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

2020 2017 169.652

A Companhia possui contratos financeiros, como debêntures, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. 1. Em 15 de julho de 2015, foi realizada a 2ª emissão de debêntures nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica, enquadrada sob a Lei nº 12.431/2011 e nos termos da Portaria nº 159 do Ministério dos Transportes de 16 de julho de 2015, com valor nominal total de R\$ 150.000 e vencimento em 15 de julho de 2020. As debêntures têm remuneração de IPCA + 7,34% a.a., o primeiro pagamento de juros semestrais tem início em 15 de janeiro de 2016. O principal será pago no vencimento da operação. As debêntures não contam com garantias de qualquer natureza. Dentro os critérios de vencimento antecipado está o pagamento de dividendos pela emissora: (i) em qualquer valor, caso a emissora esteja inadimplente nos pagamentos de principal e/ou juros nos termos da escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) em valor superior ao mínimo legal mencionado acima, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja superior a 4, utilizando o método de verificação e as definições de Dívida Líquida e EBITDA previstos na escritura. 2. Em 11 de abril de 2016, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, no valor total de R\$ 65.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública com estornos restritos, sem qualquer tipo de garantia. A amortização do principal ocorrerá no vencimento, em 11 de abril de 2018, e os juros serão pagos semestralmente, com remuneração de 118,0% do CDI. Um dos principais critérios para o vencimento antecipado é a distribuição de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado seja superior a 4 (quatro) vezes, exceto se a emissora apresentar carta de fiança bancária.

	2017	2016
Fornecedores	1.413	2.962
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	2.641	3.185
Caupões e retenções contratuais (b)	12	6
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	4.066	6.153

(a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços administrativos, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do controle de prestação de serviços.

15. Providos para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2016		2017	
	Saldo Inicial	Constituição	Pagamentos	Atualização monetária
Não circulante				Saldo final
Cíveis e administrativos	2.573	78	(98)	324
Trabalhistas e previdenciários	103	-	(91)	37
Tributários	1.757	-	-	142
	4.433	78	(189)	503

Juros sobre empréstimos e debêntures	(20.233)	(22.628)
Varição monetária sobre debêntures	(5.513)	(10.280)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.155)	(1.093)
Capitalização de custos dos empréstimos	782	822
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(346)	(491)
	(26.465)	(33.670)
Receitas financeiras		
Varição monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	816	181
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.472	2.665
Juros e outras receitas financeiras	264	622
	4.552	3.468
Resultado financeiro líquido	(21.913)	(30.202)

20. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da controlada. A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2017. Para apoio ao Conselho de Administração da Controladora CCR S.A., nos quesitos financeiros estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

	2017		2016	
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e passivos financeiros e o mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e passivos financeiros e o mensurado ao custo amortizado
Ativos				
Aplicações financeiras	39.530	-	26.499	-
Contas a receber	-	4.249	-	4.084
Contas a receber - partes relacionadas	-	2.561	-	-
Passivos				
Debêntures (a)	-	(240.153)	-	(235.731)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	(4.251)	-	(6.332)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	(2.881)	-	(386)
Juros sobre capital próprio	-	1.227	-	-
	39.530	6.810	26.499	4.084

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: Aplicações financeiras - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações; Contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações; Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2017		2016	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	241.337	255.606		

(a) Valores brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", abaixo. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente. Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2017	2016
Aplicações financeiras	39.530	26.499

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros. Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2018 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

continua



Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

CNPJ/MF nº 01.612.234/0001-62

Relatório da administração

1.1 Aos acionistas: Senhores Acionistas, Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades do exercício de 2017, acompanhadas das Demonstrações Financeiras da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. - CCR ViaLagos, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

1.2 Apresentação: A Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A., constituída em 10 de dezembro de 1996, tem como objetivo principal realizar sob o regime de concessão de serviço público precedido de obras públicas, a exploração da ligação viária Rio Bonito-Araruama-São Pedro D'Aldaia (RJ-124). A concessão prevê a prestação de serviços aos usuários e obras de recuperação, ampliação, manutenção, conservação e operação da RJ-124 mediante cobrança de pedágio e pagamentos de direitos ao Poder Concedente (Governo do Estado do Rio de Janeiro) pela outorga da concessão.

1.3 Destaques do Ano de 2017: A Concessionária realizou investimentos de cerca de R\$ 200 milhões nas referidas obras. Entre as principais melhorias, destacam-se: a implantação da divisão física entre as pistas, alargamento das pistas nos dois sentidos; estruturação e pavimentação dos acostamentos, novos sistemas de drenagem e sinalização, implantação de passarelas; construção de retornos e travessias de pedestres. Com essa importante obra na melhoria da infraestrutura da rodovia, houve redução expressiva nos números de acidentes e vítimas na Rodovia dos Lagos (RJ-124). Os investimentos realizados pela CCR ViaLagos ainda contribuíram para que a rodovia fosse muito bem avaliada na 20ª edição da Pesquisa CNT de Rodovias 2016, divulgada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT). Pelo terceiro ano consecutivo a RJ-124 foi novamente a única, dentre todas as rodovias que contam o Estado do Rio de Janeiro, com o status "ótimo" em todos os quesitos avaliados: Estado Geral, Pavimento, Sinalização e Geometria. No ano de 2017 a CCR ViaLagos se destacou pela maior distribuição de dividendos, gerado pelo maior resultado líquido apurado no ano. Acréscimo explicado pela maior receita operacional proveniente do aumento do tráfego na rodovia, melhor gestão dos custos e despesas operacionais, além do melhor resultado financeiro proveniente da redução das curvas do CDI e IPCA ao longo do ano.

2. Estratégia e Gestão: 2.1 Gestão de Pessoas: A política de gestão de pessoas da CCR ViaLagos está pautada na valorização do capital humano e crença da capacidade criativa, realizadora e transformadora das pessoas, propiciando por meio do clima organizacional, qualificações e oportunidade, o caminho para o desenvolvimento profissional e pessoal dos seus colaboradores. A quantidade de colaboradores próprios em 2017 foi em média 173. Neste ano a concessionária investiu em programa de capacitação técnica e desenvolvimento do seu grupo de colaboradores.

3. Desempenho Econômico e Financeiro: 3.1 Desempenho: As tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A são definidas pela AGETRANSF. Em agosto de 2017, tivemos os reajustes das tarifas. A Tarifa Básica de Pedágio (TBP) foi reajustada de R\$ 11,00 para R\$ 11,30 e Tarifa Básica com Adicional (TBA) foi reajustada de R\$ 18,30 para R\$ 18,80. No ano de 2017 a receita operacional bruta da Companhia atingiu o valor de R\$ 121,3 milhões com as atividades de transporte rodoviário e receitas acessórias, acréscimo de 10,12% sobre o obtido em 2016. Este ganho é explicado pelo aumento de 5,5% no tráfego da rodovia, quando comparado com 2016, influenciado pelos baixos índices de chuvas e pelas altas temperaturas, gerando acréscimo no fluxo de turistas para a região. Neste mesmo ano tivemos um resultado líquido no valor de R\$ 31,1 milhões, superior em 73% quando comparamos com o ano de 2016. O acréscimo no lucro líquido é explicado principalmente pelo aumento das receitas operacionais, diminuição da depreciação e amortização (devido à extensão do prazo de concessão) e melhor resultado financeiro (redução das taxas do CDI e IPCA), o que gerou menores juros dos financiamentos. No ano de 2017, foram realizados aproximadamente R\$ 7,5 milhões em investimentos, destacando-se o investimento na modernização da praça de pedágio e a obra de melhoria da segurança viária que contemplou a implantação dos dispositivos de separação de pistas, readequação das sinalizações, alargamento das pistas, pavimentação dos acostamentos, novos sistemas de drenagem, implantação de passarelas e construção de retornos e travessias de pedestres. Foi realizado no ano de 2017 o pagamento de dividendos no valor de R\$ 28.963 mil: R\$ 7.709 mil relativos ao resultado remanescente do ano de 2016, R\$ 20.013 mil referente ao lucro líquido apurado até terceiro trimestre de 2017 e R\$ 1.241 mil referente a parte do saldo da reserva de retenção de lucros.

4. Sustentabilidade: 4.1 Desempenho Social: 4.1.1 Capital Social e de Relacionamento - Stakeholders: No âmbito de atuação da responsabilidade corporativa, um dos maiores investimentos socioeducativos da Companhia é o Programa Caminhos para a Cidadania, que contribui no desenvolvimento de cidadãos mais conscientes com o trânsito e o meio ambiente. Em 2017, na região de abrangência da CCR ViaLagos, o Programa atendeu a 19 mil alunos e 500 professores dos municípios de Rio Bonito, Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio, com aulas de educação para o trânsito, cidadania e meio ambiente. Além disso, em 2017, a CCR ViaLagos levou projetos culturais itinerantes para a Região dos Lagos: Buzum!, Cine em Cena, Teatro a Bordo e Photo Truck. 4.2 Desempenho Ambiental: 4.2.1 Capital Manufaturado: No ano de 2017 tivemos uma redução de 5,2% no Índice de mortalidade na rodovia, quando comparado com 2016. A obra de implantação dos dispositivos de separação de pistas contribuiu diretamente para a redução deste índice. Quando comparado com o período anterior a implantação dos dispositivos de separação das pistas (2010 a 2012), a redução no Índice de mortalidade chega a 83%.

5. Considerações Finais: 5.1 Agradecimentos: A Administração da CCR ViaLagos agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, em especial a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transporte Aquaviário, Ferroviário e Metroviário e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANSF), aos usuários, financiadores e instituições financeiras, colaboradores e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento que contribuíram para os resultados alcançados pela Concessionária em 2017.

5.2 Auditores Independentes: Informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Rio Bonito, 23 de fevereiro de 2018. A Administração.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	6	2.335	28.368
Aplicações financeiras	6	39.530	-
Contas a receber	7	4.249	4.084
Contas a receber - partes relacionadas	10	135	-
Impostos a recuperar		187	2.944
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	430	430
Adiantamentos a fornecedores		-	34
Despesas antecipadas e outras		436	543
Total do ativo circulante		47.302	36.403
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos diferidos	8b	-	1.856
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	7.780	8.210
Depósitos judiciais e outros		449	560
		8.229	10.826
Imobilizado	11	12.006	10.706
Intangível	12	228.781	232.032
Total do ativo não circulante		250.016	253.364
Total do ativo		297.318	289.767
Passivo			
	Nota	2017	2016

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Legal	Estatutária	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	
Saldos em 1º de Janeiro de 2016	12.550	2.509	1.008	3.757	-	19.824
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	17.983
Destinações:						
Reserva Legal	17b	-	1	-	-	(1)
Distribuição de dividendos intermediários em 17 de novembro de 2016	17e	-	-	-	-	(10.184)
Reserva estatutária	17c	-	-	90	-	(90)
Dividendo adicional proposto	17e	-	-	-	2.525	(2.525)
Reserva de retenção de lucros	17d	-	-	-	-	(5.183)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	12.550	2.510	1.098	8.940	2.525	27.623
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	31.177
Destinações:						
Reserva estatutária	17c	-	-	156	-	(156)
Distribuição de dividendos intermediários em 27 de abril de 2017	17e	-	-	-	(5.184)	(5.184)
Distribuição de dividendos intermediários em 27 de outubro de 2017	17e	-	-	-	(1.241)	(20.013)
Dividendo adicional pago em 27 de abril de 2017	17e	-	-	-	(2.525)	(2.525)
Juros sobre capital próprio	17f	-	-	-	(1.444)	(1.444)
Dividendo adicional proposto	17e	-	-	-	3.400	(3.400)
Reserva de retenção de lucros	17d	-	-	-	-	(7.608)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	12.550	2.510	1.254	8.879	3.400	28.393

Reserva de lucros		Adiantamentos a fornecedores	
Total do patrimônio líquido	28.393	27.623	
Total do passivo e patrimônio líquido	287.318	289.787	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	18	111.343	117.579
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção	(2.012)	(18.442)	
Provisão de manutenção	16	793	(960)
Depreciação e amortização	11 e 12	(6.090)	(9.226)
Custo da outorga		(430)	(430)
Serviços		(6.576)	(5.389)
Custo com pessoal		(8.719)	(8.205)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.153)	(1.035)
Outros		(2.111)	(2.033)
Resultado bruto		85.045	71.859
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(7.013)	(5.241)
Serviços		(6.442)	(6.551)
Materiais, equipamentos e veículos		(257)	(252)
Outras		(2.683)	(2.925)
Despesas/Receitas Operacionais		(16.395)	(14.969)
Outras receitas/despesas operacionais		(54)	417
Resultado antes do resultado financeiro		68.596	57.307
Resultado financeiro	19	(21.913)	(30.202)
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		46.683	27.105
Imposto de renda e contribuição social	8a	(15.506)	(9.122)
Lucro líquido do exercício		31.177	17.983
Lucro líquido por ação			
Lucro por ação	17e	0,88652	0,51135
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo da concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) **Ativos Intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado de geração de benefício econômico estimado. Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item 'b'. h) **Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** Ativos financeiros não derivativos: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está impaired, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. i) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que relete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. j) **Provisão de manutenção - contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. k) **Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. l) **Benefícios a empregados:** Planos de contribuição definida: um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A., constituída em 10 de dezembro de 1996, tem como objetivo principal realizar sob o regime de concessão de serviço público precedido de obras públicas, a exploração da ligação viária Rio Bonito-Araruaema-São Pedro D'Aldeia (RJ-124). A concessão prevê a prestação de serviços aos usuários e obras de recuperação, ampliação, manutenção, conservação e operação da RJ-124 mediante cobrança de pedágio e pagamentos de direitos ao Poder Concedente (Governo do Estado do Rio de Janeiro) pela outorga da concessão. O prazo de concessão inicial era de 25 anos, contados a partir da ordem de início expedida pelo DER-RJ em janeiro de 1997. Com a aprovação do Poder Concedente, por meio de processo para reformulação do contrato com objetivo de reduzir as tarifas de pedágio e incluir investimentos para obras de melhoria das condições de conforto e segurança da rodovia, o prazo de concessão foi estendido por mais 25 anos sendo, inicialmente até janeiro de 2037, por meio do 8º Termo Aditivo, publicado no DOE em dezembro de 2011, e, recentemente, estendido até janeiro de 2047, por meio do 10º Termo Aditivo, publicado no DOE em dezembro de 2016. A partir desses aditivos, a Concessionária realizou investimentos de cerca de R\$ 200 milhões nas referidas obras. Entre as principais melhorias, destacam-se: a implantação da divisão metálica entre as pistas, alargamento das pistas nos dois sentidos; estruturação e pavimentação dos acostamentos, novos sistemas de drenagem e sinalização, implantação de passarelas; construção de retornos e travessias de pedestres.

Com essa importante obra na melhoria da infraestrutura da rodovia, houve redução expressiva nos números de acidentes e vítimas na Rodovia dos Lagos (RJ-124). Os investimentos realizados pela CCR Vialagos ainda contribuíram para que a rodovia fosse muito bem avaliada na 20ª edição da Pesquisa CNT de Rodovias 2016, divulgada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT). Pelo segundo ano consecutivo a RJ-124 foi novamente a única, dentre todas as rodovias que abram o Estado do Rio de Janeiro, com o status "ótimo" em todos os quesitos avaliados: Estado Geral, Pavimento, Sinalização e Geometria.

2. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. a) **Moeda estrangeira:** Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento, pela evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. c) **Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se toma uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças neste são reconhecidas no resultado do exercício. Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Passivos financeiros não derivativos: Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual se toma uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando os pagamentos contratuais são realizados ou liquidados.



Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

CNPJ nº 01.612.234/0001-52

continuação

enquadrada sob a Lei nº 12.431/2011 e nos termos da Portaria nº 159 do Ministério dos Transportes de 16 de julho de 2015, com valor nominal total de R\$ 150.000 e vencimento em 15 de julho de 2020. As debêntures têm remuneração de IPCA + 7,34% a.a., o primeiro pagamento de juros semestrais tem início em 15 de janeiro de 2016. O principal será pago no vencimento da operação. As debêntures não contam com garantias de qualquer natureza. Dentro os critérios de vencimento antecipado está o pagamento de dividendos pela emissora: (i) em qualquer valor, caso a emissora esteja inadimplente nos pagamentos de principal e/ou juros nos termos da escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) em valor superior ao mínimo legal mencionado acima, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja superior a 4, utilizando o método de verificação e as definições de Dívida Líquida e EBITDA previstos na escritura. 2. Em 11 de abril de 2016, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, no valor total de R\$ 65.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos, sem qualquer tipo de garantia. A amortização do principal ocorrerá no vencimento, em 11 de abril de 2018, e os juros serão pagos semestralmente, com remuneração de 118,0% do CDI. Um dos principais critérios para o vencimento antecipado é a distribuição de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado seja superior a 4 (quatro) vezes, exceto se a emissora apresentar carta de fiança bancária.

	2017	2016
14. Fomecedores		
Fomecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	1.413	2.862
Cajções e retenções contratuais (b)	2.641	3.185
Fomecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	12	6
	<u>4.066</u>	<u>6.153</u>

(a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços administrativos, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2016		2017	
	Saldo Inicial	Atualização Monetária	Saldo Inicial	Saldo Final
Não circulante				
Cíveis e administrativos	2.573	78	(68)	324
Trabalhistas e previdenciários	103		(91)	37
Tributários	1.757		142	1.899
	<u>4.433</u>	<u>78</u>	<u>(189)</u>	<u>503</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 132 e R\$ 22, respectivamente (R\$ 373 e R\$ 149, respectivamente em 2016). A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciários, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2017	2016
Cíveis e administrativos	1.102	307
Trabalhistas e previdenciárias	71	25
	<u>1.173</u>	<u>332</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro 2017 é de R\$ 949 (R\$ 918 em 31 de dezembro de 2016)

	2016	2017
16. Provisão de manutenção		
Saldo reversão de provisão		
Constituição/ Reversão do ajuste a		
Saldo		

	2017	2016
19. Resultado financeiro		
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e debêntures	(20.233)	(22.628)
Varição monetária sobre debêntures	(5.513)	(10.280)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.155)	(1.093)
Capitalização de custos dos empréstimos	782	822
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(346)	(491)
	<u>(26.465)</u>	<u>(33.670)</u>
Receitas financeiras		
Varição monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	816	181
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.472	2.665
Juros e outras receitas financeiras	284	622
	<u>4.572</u>	<u>3.468</u>
	<u>(21.913)</u>	<u>(30.202)</u>

20. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2017. Para apoio ao Conselho de Administração da Controladora CCR S.A., nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

	2017		2016	
	Valor Justo através do Resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado e recebíveis	Valor Justo através do resultado	Empres. Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado e recebíveis
Ativos				
Aplicações financeiras	39.530		26.499	
Contas a receber		4.249		4.084
Contas a receber - partes relacionadas		2.561		
Passivos				
Debêntures (a)		(240.153)		(235.731)
Fomecedores e outras contas a pagar		(4.251)		(6.332)
Fomecedores e contas a pagar - partes relacionadas		(2.881)		(386)
Juros sobre capital próprio		1.227		
	<u>39.530</u>	<u>6.810</u>	<u>(247.285)</u>	<u>4.084</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • Aplicações financeiras - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações; • Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações; • Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2017		2016	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	241.337	255.636		

(a) Valores brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", abaixo. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente. Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2017	2016
Aplicações financeiras	39.530	26.499



Denominação	2017	2016	2017	2016
Media ponderada de ações ordinárias (em milhares)	17.584	17.534	Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	20.508
Media ponderada de ações preferenciais (em milhares)	17.584	17.584	Outras variações	29.180
Liquido por ação - básico e diluído	0,88652	0,51135	Despesas com juros, variação monetária e cambial	(24.930)
18. Receitas	2017	2016	Constituição de dividendos a pagar	(29.180)
Receitas de pedágio	120.374	109.339	Total das outras variações	(24.930)
Receitas de construção	2.012	18.442	Saldo Final	(240.153)
Receitas acessórias	986	866		(12.550)
Receita bruta	123.372	128.647		(252.703)
Impostos sobre receitas	(10.523)	(9.550)	Composição do Conselho de Administração	
Abatimentos	(1.526)	(1.518)	José Braz Cioffi - Presidente do Conselho	
Deduções das receitas brutas	(12.029)	(11.068)	Guilherme Motta Gomes - Conselheiro	
Receita líquida	111.343	117.579	João Daniel Marques da Silva - Conselheiro	
			Composição da Diretoria	
			Márcio Roberto de Moraes Silva - Diretor Presidente Francisco Pierini - Diretor Operacional	
			Contador - Hélio Aurélio da Silva - CRC 1SP129452/O-3 S/RJ	

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da, Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. Rio Bonito - RJ. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria no exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Contingências passivas: Conforme notas explicativas nº 15 a Companhia é parte, passiva em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, cível e trabalhista decorrentes do curso normal de suas atividades. Algumas leis e regulamentos no Brasil possuem grau de complexidade elevado, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativos aos processos, requer julgamento profissional da Companhia. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às contingências passivas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Avaliamos a suficiência das provisões para contingências reconhecidas e dos valores das contingências divulgadas, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados na metodologia de mensuração da Companhia, considerando ainda a avaliação dos seus assessores jurídicos internos e externos, bem como efetuamos o envio de cartas de circularização aos advogados externos e realizamos o cruzamento entre os relatórios de contingências e as respostas das cartas de circularização. Efetuamos a comparação entre a nossa avaliação de probabilidade de êxito das principais teses fiscais e a da Companhia. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras fornecem informações sobre a natureza, exposição, valores provisionados ou divulgados relativos às principais contingências que a Companhia está envolvida. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração das provisões e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto. Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras comparativas da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (Companhia) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 3 de março de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações

financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A

NIRE: 333.0016431-6 Protocolo: 00-2018/108748-0 Data do protocolo: 23/05/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/05/2018 SOB O NÚMERO 00003201915 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 22499963DDADC7817D8B3416ED056BC181BB5F569A60BC46F2E64D71DF3D63C6

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 18/18

